

Reajuste do piso dos professores terá impacto de R\$ 1,5 bilhão no RS

ESTIMATIVA NO RS

Reajuste do piso de professores deve ter impacto de R\$ 1,5 bi

GABRIEL JACOBSEN

gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

O custo do reajuste do piso nacional dos professores para municípios e para o governo do Rio Grande do Sul pode chegar a R\$ 1,5 bilhão em 2023. O número considera a estimativa feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) de que as prefeituras gaúchas terão custo ampliado de R\$ 1,1 bilhão, e a projeção mais recente do governo do Estado, de ampliação de gastos de R\$ 430 milhões.

Durante a divulgação dos dados, ontem, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, sugeriu que os municípios ignorem o percentual do reajuste do piso divulgado um dia antes pelo governo federal. Na avaliação da entidade que representa os interesses políticos dos municípios, há margem legal para os prefeitos definirem os próprios reajustes.

– Estamos recomendando aos municípios que não adotem este critério (do piso nacional). Além do impacto financeiro que tem, há a parte da legalidade. O município quer dar o reajuste? Que faça uma lei municipal – sustenta Ziulkoski.

A entidade argumenta que o critério de reajuste do piso não tem eficácia legal e argumenta que há um vácuo legislativo sobre o tema. Uma consulta realizada pela CNM, em 2022, com cerca de 4 mil municípios aponta que 43% das prefeituras não pagaram o percentual estipulado no reajuste anterior da lei do piso.

– Tem de ter o piso, tem que valorizar o magistério, mas não desse jeito – afirmou Ziulkoski, sobre a definição federal do indicador.

O governo do Estado declarou, no fim da tarde de ontem, que pagará o piso nacional do magistério aos professores estaduais.

“O processo para implantação da medida incluiu a necessidade de envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, bem como suplementação de recursos no orçamento de 2023”, acrescentou o Estado, em nota.

Professores

A primeira manifestação do governo estadual, na manhã do mesmo dia, apontava que o anúncio de reajuste do piso nacional estava sendo avaliado de

forma transversal pelas secretarias da Educação, da Fazenda, de Planejamento, Governança e Gestão e da Casa Civil. No dia 8, a Secretaria Estadual da Fazenda estimou que o reajuste de 15% produziria impacto de R\$ 430 milhões nas contas do governo do RS.

O Cpers, sindicato que representa os professores e funcionários da rede estadual, destaca que o piso foi criado com o objetivo de valorizar a carreira de educador e torná-la mais atrativa.

– O piso é um mecanismo de valorização profissional e salarial. Estamos tratando de recompor a atratividade e a importância da carreira do professor e professora. As pessoas comparam o reajuste do piso à inflação, mas justamente o reajuste do piso é superior porque temos defasagens históricas – destaca o vice-presidente do Cpers, Alex Saratt.

O Cpers argumenta que, sempre que o tema chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), houve decisão favorável à constitucionalidade do referencial.

– A gente está muito tranquilo quanto à aplicabilidade do piso e incidência na carreira. Obviamente que há disputa política e jurídica, mas, de momento, prevalece a validade do piso – defende Saratt.

Municípios

A Famurs, entidade que representa os interesses políticos dos municípios gaúchos, acompanha a fala da CNM e critica o percentual de reposição. O presidente da Famurs, Paulinho Salerno, diz que a ideia de valorização dos professores precisa caber nos orçamentos municipais.

– Nós somos favoráveis a valorizar o profissional da educação, mas ao mesmo tempo precisamos ter condizência em relação aos orçamentos municipais. De onde vem o recurso para pagar o reajuste? – questiona Salerno.

O piso nacional dos professores subirá de R\$ 3,8 mil para R\$ 4,4 mil em 2023, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira. O reajuste de quase 15% já era esperado por Estados e municípios desde o fim do ano passado, quando foi divulgado o cálculo do governo federal.



Ministro Camilo Santana confirmou o novo valor

“

Estamos recomendando aos municípios que não adotem este critério (do piso nacional). Além do impacto financeiro que tem, há a parte da legalidade. O município quer dar o reajuste? Que faça lei municipal. Tem de ter o piso, tem de valorizar o magistério, mas não desse jeito.

PAULO ZIULKOSKI

Presidente da CNM

“

O piso é mecanismo de valorização profissional e salarial. Estamos tratando de recompor a atratividade e a importância da carreira. As pessoas comparam o reajuste do piso à inflação, mas justamente o reajuste do piso é superior porque temos defasagens históricas.

ALEX SARATT

Vice-presidente do Cpers

Annúncio, situação de 2022 e nota oficial

• O Ministério da Educação definiu o novo piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública, para o exercício de 2023. O ministro Camilo Santana anunciou na noite de segunda-feira, nas suas redes sociais, o piso de R\$ 4.420,55 para 2023, com reajuste de quase 15% em relação ao valor pago em 2022.

• “O piso de 2022 era R\$ 3.845,63. A valorização dos nossos profissionais da educação é fator determinante para o crescimento do nosso país”, escreveu Camilo.

• A confirmação do anúncio foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União, por meio de portaria que homologa parecer da Secretaria de Educação Básica.

• Em 2022, o reajuste nacional do piso foi de 33,23%. Contudo, diz o Cpers, sindicato que representa professores do Estado, nem todos profissionais da categoria receberam este reajuste, uma vez que o governo do Estado considerou os recursos já pagos a educadores por vantagens adquiridas como parte do aumento salarial, diz a entidade.

• Uma das demandas do Cpers é para que o governo do RS pague, em 2023, o piso de forma integral. Conforme o sindicato, em 2022, 14% dos professores receberam integralmente o índice do piso. – É preciso investir em infraestrutura, em projeto pedagógico, mas é preciso também valorizar os profissionais – diz o vice-presidente do Cpers, Alex Saratt.

• O governo do RS emitiu nota, ontem, sobre o tema: “O governo do Estado irá pagar o novo piso nacional dos professores. O processo para implantação da medida incluiu a necessidade de envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, bem como suplementação de recursos no orçamento de 2023, em valores que ainda estão sendo apurados. Os avanços no andamento do processo serão oportunamente comunicados. (...) Em 2022, o RS concedeu reajuste geral ao funcionalismo de 6%, fazendo com que o piso salarial da categoria fosse elevado a R\$ 4.038,52 para 40 horas, portanto, 5% acima do piso nacional de R\$ 3.845,63, que vigorava no país até a publicação de nova portaria pelo Ministério da Educação”, diz parte do texto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 6